

Cavalaria e cruzada no período Avisino

Katiuscia Quirino Barbosa

Resumo

A partir do advento da casa de Avis observa-se em Portugal um esforço em renovar os significados da instituição cavaleiresca e da noção de cruzada. Esforço este que se liga à necessidade de legitimar a nova dinastia e a nobreza que ascende nesse período. No reinado de D. João I inicia-se a empresa africana, fundamentando o discurso expansionista monárquico na missão salvacionista-cristã, à qual estaria destinado o reino português. Os valores guerreiros da nobreza aparecem sempre associados às virtudes cristãs e foram repetidamente enaltecidos pela crônica avisina. Assim, este trabalho propõe a análise da cavalaria portuguesa nas crônicas de Zurara.

Palavras-chaves: Cruzada, Cavalaria, Dinastia de Avis.

Abstract

When the Avis dynasty rise in Portugal we can see an effort to review the means of Knighthood and the crusade notion. This effort is connected with necessity of justify the new dynasty and the nobles that rise in this period. In the government of D. João I begins the African conquest, based on the monarch expansion discourse of Christian mission. The warriors values always appears connected with the Christian virtues and was too much exalted for the Avis Chronicles. Therefore, the propose of this paper is analyze the Knighthood in the Zurara Chronicles.

Keywords: Crusade, knighthood, Avis Dynasty.

A partir do advento da casa de Avis, observa-se em Portugal um esforço em renovar os significados da cavalaria e da noção de cruzada. Esforço este que se liga à necessidade de legitimar a nova dinastia e a nobreza que ascende nesse período, justificando a expansão que aparece como a “guerra justa e santa”. Com o início da empresa africana, a cavalaria fundamenta o discurso expansionista monárquico na missão salvacionista-cristã, à qual estaria destinado o reino português. Esta construção ideológica aparece no discurso crônico avisino, particularmente, em Zurara. A análise dos textos deste cronista e os principais vetores deste discurso serão o principal objeto desta comunicação.

Primeiramente, far-se-á necessária a compreensão do fenômeno da guerra no Ocidente Medieval, considerando, sobretudo, o papel da cavalaria e a influência da Igreja sobre essa instituição. Em seguida, trataremos das peculiaridades das guerras de expansão portuguesa do início do século XV.

A Idade Média foi um período no qual os homens de armas possuíam um destacado papel na sociedade, considerando que se trata de uma época caracterizada pela insegurança e violência que tem início com o fim do Império romano do Ocidente, marcando o surgimento

de uma era de instabilidade no campo político e militar, uma vez que os reinos que se instalaram em seu lugar não eram capazes de garantir a ordem e a paz social. A conversão do Império ao cristianismo abre um longo debate, nos meios eclesiásticos, sobre como conciliar a prática de armas com os ideais cristãos. Desde o século II as investidas bárbaras nas fronteiras ocidentais do Império obrigaram o exército romano a adotar uma estratégia defensiva, o que ia ao encontro da noção cristã de paz. Somente no século V, com Santo Agostinho, é que se elaborou uma teologia da guerra cristã. Agostinho criou uma concepção de “guerra justa”, largamente utilizada ao longo da idade média, em oposição ao que chamou de “guerra injusta”. Quanto a isso o medievalista italiano franco Cardini assinala que:

(...) O belum justum não era de modo algum um álibi destinado a tolerar e justificar qualquer forma de guerra. Pelo contrário era um meio de circunscrever com precisão raros casos em que o cristão poderia legitimamente recorrer às armas. A guerra justa não podia admitir o desencadeamento da violência: ela devia se uma oposição da força bem conduzida à violência, tendo por objetivo impedir que esta última destruísse os mais fracos e que a injustiça sobrepujasse da injustiça. a guerra justa era um mal, mas um mal menor vista do triunfo da injustiça, e apenas merecia seu nome a satisfazer três exigências fundamentais: inicialmente devia ser defensiva e almejar unicamente a reparação da injustiça; em seguida devia ser declarada por autoridade oficialmente constituída e reconhecida, e, por conseguinte, não podia resultar da vontade pessoal de ninguém; enfim, seu objetivo devia ser a restauração de uma paz iluminada por uma justiça autêntica. (CARDINI, 2002: 475)

Assim, de acordo com a perspectiva agostiniana, o guerreiro cristão deveria ser acima de tudo um pacifista que lutaria em nome da justiça, desprovido de ódio, desejo e qualquer outro tipo de vício. Entretanto, ao analisarmos a guerra durante a idade média nos deparamos com uma realidade oposta ao modelo idealizado por Santo Agostinho (Ibidem, 2002: 476). Com o advento carolíngio no século VIII, o Ocidente medieval viveu uma época de estabilidade social. Contudo, este período de “paz” não durou muito, sendo interrompido com as invasões vikings, húngaras e sarracenas do século IX.

Com o desmantelamento do Império Carolíngio o papel de defesa que antes competia ao estado passou rapidamente para as mãos dos príncipes locais. Aos poucos os reinos e principados foram se desintegrando, e observou-se a formação de unidades de poder menores que exerciam os direitos que antes eram atribuídos ao Estado. No século XI não era possível encontrar no ocidente nenhuma autoridade estatal unificada a partir de um poder central. O processo de fragmentação do Estado estava completo existindo somente células de poder em todo Ocidente. Inicia-se nesse momento o que Georges Duby irá chamar de primeira idade feudal, tendo como marco principal a pulverização do Estado centralizado

A falta de unidade no campo político gerou, por conseguinte, a desconcentração da atividade militar que passou a ser exercida por particulares. Observa-se que a estrutura beligerante vigente vai ganhando novos contornos e a prática das armas, outrora pertencente à esfera pública passa para o domínio privado. De acordo com Jean Flori a fragmentação da autoridade pública fez com que os grandes senhores se cercassem de combatentes especializados, fossem eles vassalos providos de terras ou servidores armados mantidos no castelo. Esses combatentes escapavam às exações senhoriais e ao trabalho no campo e foram se distanciando da grande maioria da população e se transformando em um grupo de guerreiros de elite. Aos poucos esses cavaleiros acabam por serem absorvidos pela aristocracia que defendem. Em um primeiro momento a cavalaria ainda não era sinônima de nobreza, considerando que esta era uma questão de nascimento, mas logo ganha em dignidade e passa a se tornar hereditária. Aos poucos a cavalaria transforma-se em prerrogativa da nobreza. Assim, a promoção de guerras na baixa idade média manteve-se associada aos grupos dominantes, detentores do poder político e jurídico e, por conseguinte, capazes de sustentar as custosas despesas militares. Nesse sentido, destaca-se a dimensão simbólica da concepção de guerra na idade média, que esteve sempre ligada à noção de poder. A razão de ser do cavaleiro, segundo Michel Pastoureau, é a *guerra*. Esta, ao contrário do que narra à literatura, não é nada gloriosa e sim mercenária (PASTOUREAU, 1989:101). Até a metade do século XIII o poder de fazer guerra pertencia a todos e constituía uma das únicas maneiras de um homem livre fazer valer seus direitos. Pastoureau complementa afirmando que “*O aspecto jurídico da guerra não é o único, pois se ela é um meio legal de sancionar seus direitos, é também um meio de aumentar a fortuna e o poder*” (Ibidem, 1989: 101). Dessa forma, Para os poderosos que a conduzem, a guerra representa mais uma necessidade do que a avidez vulgar: necessidade de manter a fidelidade de seus homens.

As guerras privadas eram custosas a toda população medieval, pois além de intermináveis, devastavam campos e matavam inocentes. No século X a Igreja institui a *Pax dei*, proibindo que os cavaleiros agredissem, extorquissem e roubassem mulheres nobres desacompanhadas, clérigos, camponeses e camponesas, pobres e desprotegidos em geral. Pouco depois foi instituída a “trégua de Deus” impedindo que conflitos armados ocorressem em datas específicas, como os dias santos, o domingo entre outras. Assim, de acordo com Jean Flori:

O objetivo dessas instituições de paz não é colocar a guerra fora da lei, sendo ela privada, mas reservar seu uso a um período limitado e a uma categoria de indivíduos, que praticam entre eles esse esporte perigoso: os guerreiros profissionais. Trata-se de promulgar regras para eles, um código deontológico impregnado de valores cristãos. (FLORI, 2002 :192)

Progressivamente a preocupação da Igreja com a violência dos homens de armas fundamentou uma *ideologia cavaleiresca*, baseada nos valores da moral cristã, tais como a piedade e a justiça. O movimento das Cruzadas, estabelecido no final do século XI, foi essencial para a estruturação dessa ideologia, e pode ser compreendido dentro de um quadro de controle da violência cavaleiresca, por parte da Igreja, iniciado com o estabelecimento das instituições de paz, mencionadas acima. Quanto a este movimento Franco Cardini, assinala que:

Enfim, em novembro de 1095, ao final de um sínodo realizado em Clermont, no Auvergne, o papa Urbano II – discípulo fiel e sucessor de Gregório VII- dirigiu à aristocracia guerreira francesa uma advertência divulgada a seguir por toda a Europa: aqueles que até então tinham vivido como saqueadores, martirizando seus irmãos cristãos, poderiam ir para o Oriente, onde os cristãos encontravam-se ameaçados pelos muçulmanos, e empregar sua energia contra os infiéis. Assim, com o recurso deste expediente destinado a “exportar a violência”, foi assentada a primeira pedra no edifício das futuras cruzadas.

A guerra contra o muçulmano na Terra Santa ou na Espanha atraiu um número crescente de cavaleiros (no mesmo momento em que se aperfeiçoavam as cerimônias de adubamento e em que nascia uma verdadeira “ética cavaleiresca”): estes guerreiros estavam dispostos tanto a se sacrificar em nome de Deus e na defesa dos santuários cristãos e dos peregrinos, quanto inclinados a se engajar com a expectativa de obter grandes ganhos, aumentando um importante butim de guerra, mas também se oferecendo como mercenários. (CARDINI, 2002:481)

Assim, observamos que as principais motivações que levavam os cavaleiros a engajarem-se nesse movimento, iam da devoção religiosa à avidez mercenária. De acordo com Cardini, ainda que muitas fontes apontem a Cruzada como *belum sacrum* (“guerra sagrada”) ou *proelium sanctum* (“combate santo”), “o cristianismo jamais formulou uma teologia da “guerra santa”. ”(Ibidem, 2002; 482). Diante disso, Cardini afirma que a Igreja nunca concebeu as Cruzadas como uma guerra da religião e que sua principal preocupação residia em organizar um sistema de impostos que lhe permitisse pôr em andamento as diversas expedições de cruzados e definir as condições nas quais a formulação solene do voto de cruzado deveria ser considerada válida. Inquestionáveis são os contornos que o movimento dará à concepção de cavalaria que terá por base o serviço de Deus, da Igreja e dos humildes, estando associada a fidelidade devida ao rei.

A cavalaria irá, gradativamente, perder o prestígio na sociedade e entre os séculos XIV e XV, sobretudo devido ao fortalecimento das monarquias feudais, a guerra assume características muito distintas deixando o âmbito local e passando a ser empreendida pelos reinos (ACCORSI, 1997:52). Entretanto, nesse período a cavalaria na Península Ibérica continua a ostentar uma posição proeminente na sociedade, principalmente no caso português

aonde a ascensão da dinastia de Avis irá, ao menos no discurso, supervalorizar a importância dos ideais cavaleirescos.

Portugal não ficou imune a crise que abateu o Ocidente durante o século XIV e teve sua situação agravada com guerras empreendidas contra Castela durante o reinado de D. Fernando, último rei da Dinastia de Borgonha. Quando a Casa de Avis assume a coroa teve que fundar novas bases de apoio a fim de legitimar o seu poder e encontrar meios para reestruturar a sociedade. Em um primeiro momento a política Joanina volta-se a atender os anseios das camadas populares que o apoiou durante a revolução, mas em seguida se volta aos nobres como assinala a historiadora Maria Helena Coelho:

Caminhando para década de 1390 o monarca vai repor a velha ordem de uma sociedade dominada pelos interesses de senhores, de proprietários rurais, de oficiais régios e uma certa burguesia urbana não há pois uma subversão da estrutura social herdada ainda que se detecte uma certa mobilidade social com a renovação dos quadros da dirigentes e o rejuvenescimento e reorganização da nobreza e o crescimento da força política das comunidades concelhias.(COELHO, 1992:09)

Dessa forma, durante o reinado de D. João I o monarca irá concentrar o poder político nas mãos da realeza, esvaziando o poderio das grandes casas senhoriais e constituindo uma “nova nobreza” diretamente ligada a ele. O rei irá conceder títulos e privilégios aos nobres que o apoiaram durante a luta contra Castela, promovendo uma transformação nas estruturas de poder a partir da ascensão de casas que não faziam parte da nobreza tradicional. Essa mudança nos quadros dirigentes da sociedade necessitou de justificativas coerentes com a nova realidade que se impunha, como assinala Paulo Accorsi júnior:

*Era necessário fornecer pressupostos lógicos de uma explicação do mundo que se compatibilizasse com as mudanças do vivido. A incorporação de baixas camadas da sociedade aos circuitos de reciprocidade do paço, exigia o estabelecimento de uma lógica de classificação social mais abrangente e inclusive, na qual, se atribuiu um sentido mais positivo à existência do homem de origem vilã
Tais reajustes incluíram, principalmente, a nobreza, mas o critério linhagístico – anteriormente situado no topo como signo de excelência social e pressuposto de acesso às principais posições de poder- seria deslocado para um plano subalterno. (ACCORSI, 1997:59).*

Com o estabelecimento da paz com o reino de Castela no ano de 1411 era necessário escoar as tensões internas do reino ainda abalado pela crise e com um contingente de guerreiros ociosos. Faz-se mister fundamentar o reino a partir de uma concepção capaz de gerar coesão social, no que concerne aos meios validadores do poder avisino, Vânia Froés assinala que essa dinastia irá se legitimar a partir da consolidação de um modelo messiânico, onde o rei figura como salvador, não só do reino, mas também de toda a cristandade (FRÓES,

1995:04). Assim estrutura-se uma ideologia assente em valores caros à cultura portuguesa como a propagação e afirmação da fé cristã, a honra cavaleiresca bem como a fama e a glória. Essa ideologia, de acordo com o historiador português João Marinho:

Reforçou idéia que a Nação tinha uma missão histórica a cumprir: deveria difundir o reino de Deus, combatendo em primeiro lugar e onde quer que se encontrasse o inimigo absoluto dos cristãos, o mouro, tal como havia sido revelado ao primeiro rei de Portugal na demonstrativa Batalha de Ourique, quando um punhado de portugueses venceu, com inequívoco auxílio de Deus, cinco reis mouros à frente de um numeroso exército. Assim, para que milagre de Ourique se repetisse, deveriam ser acionados “ritos” que levassem os combatentes cristãos a lutarem com o coração puro e incomensurável fé no concreto auxílio de Deus, através dos seus santos e dos seus anjos. Repare-se como “mito” fundador de nossa nacionalidade tema legitimá-lo uma missão/objetivo de caris divino e de dimensão universalista, o que significa que a ideologia cruzadística legitimará que nada nem ninguém, se poderia opor à concretização da missão evangélica dos portugueses a atentar contra o seu desejo de independência como nação. Aljubarrota estava, pois, na linha vitoriosa de Ourique, e a missão evangelizadora deveria ser distendida a todos os povos, inclusive aos não-cristãos e os gentios. Nesta perspectiva, como toda a terra pertencia a Deus, quaisquer cristãos, designadamente os portugueses, tinham o direito de a reconquistarem aos mouros e gentios; de cativarem os corpos dos “outros”, a fim de ajudarem a salvar suas almas; de ocuparem e dominarem reinos estranhos (MARINHO, 1998:109).

Nesse sentido, a produção cronística portuguesa do século XV irá atuar como um poderoso instrumento político, propagando a ideologia salvacionista-messiânica portuguesa e legitimando as guerras de expansão em território africano, sobretudo a partir das obras de Gomes Eanes de Zurara. Este autor começa a exercer o cargo de cronista mor do reino em 1448 substituindo Fernão Lopes. Seus escritos narram a história de Portugal a partir da tomada de Ceuta em 1415, é, portanto o primeiro cronista a relatar a expansão portuguesa em África, empresa por muitos criticada. Suas crônicas são marcadas pela exaltação dos feitos de armas da nobreza portuguesa nas praças africanas. Entre as obras atribuídas a ele estão a *Crónica da Tomada de Ceuta*, a *Crónica de D. Pedro de Meneses*, a *Crónica de D. Duarte de Meneses* e a *Crónica dos feitos e Conquistas da Guiné*.

Na *crônica do Conde D. Pedro de Menezes*, o autor relata os primeiros anos da dominação portuguesa na cidade marroquina de Ceuta sob o comando do Conde D. Pedro de Menezes. O dito Conde era oriundo de uma família de grande prestígio na sociedade portuguesa durante a dinastia de Borgonha e que por conta do apoio concedido a Castela durante o interregno foi obrigada a exilar-se com ascensão da casa de Avis. Entretanto, D. Pedro retornou ao reino por volta de 1403 e quando da tomada de Ceuta integrou as hostes régias, sendo nomeado capitão da praça em 1415 pelo rei D. João I. Não é, pois, um nobre de linhagem inferior que alcançou poder político com o advento da nova dinastia, ao contrário, é

um membro da antiga nobreza senhorial que recupera seu prestígio político e social.(CAMPOS, 2002:18).

A *crônica do Conde D. Pedro de Menezes* foi concluída em 1463. Acerca das razões que o motivaram a escrever a obra, Zurara escreve no primeiro capítulo:

he minha intençom com ajuda da Santa Trindade escrepver em este volume os feitos, que se fezeram na cidade de Cepta, depois que primeiramente foi tomada aos mouros por aquele Magnânimo Prinipe ElRey Dom Joham.e porque o filósofo diz, que toda cousa, que move outra, move em virtude do primeiro movedor, nom ficará aquelle excellente Rey apartado de todo da gloria louvor, que aquelle Conde, e os outros nobres cavalleiros per força de seus corpos,e fortaleza de seus corações naquella cidade ganharam, nem averá pequena parte deste honrozo louvor, este Rey Dom Affonso o quinto em seu nome, e duodécimo dos Reys, que foram em Portugal, quando confirar como auto he melhor em beneficio, perque s cousas Sam feitas mais nobres, e as possessoens duram em mayor segurança. E porque os possuidores Sam mais honrados, e de maior fama; e porque as propriedades virtuozas,e os poderios dos obradores são conhecidos per as perfeiçoens dos autos, que delles procedem: por certo o auto desse príncipe deve ser pera sempre de grande louvor, tanto maior, quanto se confirar, que elle antepoz o louvor dos outros à sua própria fama, porque quando ele esta istoria mandou escrever, já eram passados viente anos, que regnava, nos quase se passaram muy grandes ,e notáveis feitos, assy acabados por sua própria pessoa,como por sues servidores,e naturaes por suão denança,e mandado: e como quer eu mais quizera ser,mais ocupado em dar razão e seus feitos, que dos alheiros,principalmente pelas muitas virtudes, que sempre nele conheci, e por ser mais obrigado a elle, que a outra alguma pessoa terreal, elle nunca me em ello quiz leixar obrar segundo meu dezejo, ante per muitas vezes me requero, e encomendou, que me trabalhasse d'ajuntar, e escrever os ditos feitos principalmente por louvor, e gloria daquelle Conde; e dos outros nobres, e virtuosos varoens,que com elle por defensão da Santa Fee,e honra da Coroa de Portugal, naquela cidade Tam virtuosamente trabalharam. (ZURARA,1988:214).

Podemos identificar no extrato da fonte alguns elementos fomentadores da propaganda política avisina, como o discurso religioso e o espírito cavaleiresco baseado na noção de honra. Ao longo da obra o autor irá exaltar as proezas cavaleirescas do Conde D. Pedro e sua destreza como estrategista militar. Outro aspecto extremamente valorizado por Zurara é a linhagem dos cavaleiros que descreve nas crônicas, a começar pelo próprio Conde. Em muitos episódios o autor associa os feitos militares dos nobres à altura de sua linhagem. São inúmeros os relatos de batalhas contras os mouros, nas quais os cristãos quase sempre saem vitoriosos, tornando evidente o antagonismo entre bem e mal na relação cristão-mulçumano.

A guerra na África assumiu caráter missionário na medida que a ideologia que se consolidara no reino era a de que Portugal era a “nação” escolhida à expandir o cristianismo para além dos domínios Europeus. Trata-se, no entanto, de uma releitura do discurso cruzadístico medieval. Assim a formulação da noção de um povo com vocação guerreira e a consequência imediata disto, a guerra, atendiam às expectativas ideológicas do discurso

avisino, veiculado nas narrativas cronísticas do período, uma vez postas em práticas eram, sem dúvida, promotoras de coesão no reino e da formação da identidade portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica do conde D. Pedro de Menezes*. Reprodução fac-similada com nota de apresentação por José Adriano de Freitas Carvalho. Porto: Programa Nacional de edições Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, 1988.

Fontes secundárias

ACCORSI, Paulo. *Do Azambujeiro Bravo à Mansa Oliveira Portuguesa. A Prosa Civilizadora da Corte do Rei D. Duarte (1412 -1438)*. . Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 1997

AMARAL,Clinio. *A construção de um Infante Santo em Portugal* Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: Cópia reprografada, 2004.

CARDINI, Fanco. “Guerra e cruzada”. In **LE GOFF**, Jacques & **SCHIMTT**, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. P.473. Volume I.

COELHO, Maria Helena da Cruz.*Portugal na época dos descobrimentos* In **Revista história das ideias**. Instituto de História e teoria das ideias. Faculdade de Letras, 1992.

CAMPOS, Nuno Miguel.*Redes sociais: D. Pedro de Menezes e a construção da casa de Vila Real*. Dissertação apresentada ao Mestrado em Estudos históricos Europeus da Universidade de Évora. Évora: 2002.

FLORI, Jean. “Cavalaria” In: **LE GOFF**, Jacques & **SCHIMTT**, Jean-Claude. *Dicionário temático do ocidente medieval*. Volume I.

FRÓES,Vânia. *Era no tempo do rei*. Tese Titular apresentada ao departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Niterói: cópia reprografada , 1995.

ZURARA, Gomes Eanes. *Crônica de D. Duarte de Meneses*. Edição diplomática de Larry King. Lisboa: Universidade Nova Lisboa, 1978.

SANTOS, João Marinho dos. *A guerra e as Guerras na Expansão portuguesa: Séculos XV e XVI*. Edição: Grupo de trabalho do ministério da Educação pra as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998.